



## **Hospitalidade e Interação no Mundo Globalizado**<sup>1</sup>

Ada de Freitas Maneti Dencker<sup>2</sup>

Universidade Paulista-UNIP, São Paulo, SP

### Resumo

A territorialidade e as formas básicas de interação social tem papel fundamental na comunicação e nas relações de hospitalidade no mundo globalizado. Considerando as idéias de Kant, Habermas e Derrida, o texto discute qual a hospitalidade possível diante das desigualdades e da violência presentes nas relações sociais no mundo contemporâneo. A desconstrução de Derrida da idéia de hospitalidade cosmopolita de Kant, levantando a bandeira de uma hospitalidade incondicional, e a teoria da ação comunicativa de Habermas, em que o diálogo e a tolerância permitem uma hospitalidade condicional, permeiam o entendimento que hoje temos do caminho para o respeito ao direito de todos os homens, sem limites lingüísticos, territoriais, étnicos ou culturais.

**Palavras-chave:** hospitalidade; interação social; territorialidade; comunicação.

### Introdução

O objetivo desse texto é refletir sobre interação e hospitalidade entre grupos sociais de origem cultural diversas no mundo globalizado. O conceito de hospitalidade enquanto abertura para o outro, sendo esse outro o diferente, de outra classe social, outra origem geográfica, ou mesmo o estrangeiro, é fundamental para o entendimento da sociedade contemporânea que passou por profundas transformações nas relações pessoais e nos papéis sociais, com destaque para o advento da sociedade do espetáculo e da informação midiática e seu impacto nos estilos de vida, nos relacionamentos e na percepção dos laços sociais. A intensa mobilidade da sociedade contemporânea com seus fluxos de pessoas que se deslocam por todo o globo é uma variável importante na formação dos novos vínculos e identidades.

É fundamental que se tenha em mente que a idéia de hospitalidade, de receber o outro, está vinculada à questão da territorialidade. Trata-se de receber o outro em seu território o que faz com que a territorialidade e as formas básicas de interação social tenham

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Turismo e Hospitalidade, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP.



papel fundamental na comunicação e nas relações de hospitalidade no mundo globalizado. É a territorialidade que marca a formação dos grupos sociais e determina sentimentos de pertencimento, na medida em que os membros dos grupos desenvolvem conjuntos próprios de códigos a partir das relações primárias que estabelecem entre si. Receber de forma inclusiva indivíduos pertencentes a grupos diferentes implica na necessidade de compatibilizar uma multiplicidade de códigos e referenciais, com significados diferentes que precisam ser conciliados para que a comunicação aconteça. Nas sociedades de massa os meios de comunicação trabalham esses códigos e os relançam nos espaços públicos permitindo a formação de novas legitimidades, distintas dos campos de origem. Com isso ocorre uma reciclagem que leva à criação de significados comuns que permitem a formação das redes de interação que se estabelecem na vida social e em níveis sociais, políticos e econômicos.

### **Interação social e territorialidade**

A interação simbólica está na base do processo de identificação e de territorialização dos grupos sociais e da formação do sentimento de pertencimento. A interação entre os membros do grupo se dá pela comunicação por meio de diferentes formas de linguagem, sendo um processo essencialmente simbólico. Usando a linguagem simbólica em suas diferentes formas: oral, escrita e gestual, os seres humanos aprendem as regras de comportamento próprias do seu grupo no processo de socialização. Pela socialização o indivíduo se torna membro do grupo dominando seus códigos e regras básicas de comportamento e relacionamento, se apropriando do conhecimento sistematizado e acumulado pelo grupo ao longo do tempo. É importante assinalar que essas regras estão em processo permanente de transformação como resultado das ações das diferentes personalidades dos indivíduos que fazem parte do grupo. Assim, os seres humanos não são simplesmente moldados pelo processo de socialização, são capazes de criar e de aprender formas de linguagem e interação, formando um conjunto simbólico dinâmico que identifica os membros de um grupo e o distingue dos demais.

Outro aspecto importante da interação é que ainda que o aprendizado seja efetuado no seio das instituições como a família e a escola, que condicionam os comportamentos, as diferenças existem mesmo em camadas da população que partilham posições semelhantes na estrutura social. Assim, por exemplo, um jovem, com pais de origem italiana, freqüentador da igreja católica, e pertencente à classe média da cidade de São



Paulo é, em muitos aspectos, diferente de outro cujos pais são de origem germânica, pertencem à Igreja Luterana e que também integram a classe média paulistana. Os fatos de pertencerem a uma mesma classe social, de uma mesma sociedade, em uma mesma cidade, não os tornam iguais. As diferenças podem ser observadas nos hábitos alimentares, nas regras que regulam o espaço doméstico de cada um deles, nos espaços de socialização eleitos pelas respectivas famílias como: a escola, o clube, a igreja que freqüentam, e mesmo nas profissões escolhidas. Cada família, cada casa, cria seu espaço próprio sujeito a regras específicas, conhecidas e respeitadas pelos seus integrantes, os quais aprendem e desenvolvem seus comportamentos conforme as características da personalidade de cada um. A interação dessas diferentes personalidades em um mesmo espaço social faz com que os comportamentos se manifestem de modo único em cada família ou grupo criando um ‘sentimento de pertencimento’, de união, em que as pessoas se reconhecem como ‘iguais’ em oposição aos ‘outros’, grupos ou famílias, considerados diferentes, ‘estranhos’. São essas as práticas comunicativas que Habermas, 2004 denomina de práticas do cotidiano que são geradas com base na confiança mútua, e que podem se disseminar para os lares, a sociedade e a mídia. A falta de confiança gera uma distorção da comunicação o que, segundo Habermas, 2004 estaria na origem da violência. (BORRADORI, 2004).

Ampliando o foco, se tomamos as famílias como unidades, é possível observar grupos de famílias que partilham comportamentos, preferências, formando comunidades que possuem traços culturais comuns e obedecem as mesmas regras de comportamento, ainda que cada família continue a ser sempre essencialmente única. Também os membros dessas comunidades desenvolvem ‘sentimentos de pertencimento’ que fazem com que seus membros se reconheçam entre si e considerem os participantes de outras comunidades como estranhos. Desse modo cada comunidade partilha um conjunto de representações do passado – uma memória coletiva - que se transmite entre seus membros e que possui a função de integração. Isso cria o sentimento de pertencer, de compartilhar do mesmo sangue, espaço e cultura, gerando uma espécie de contrato simbólico que leva os grupos à cooperação. Há uma necessidade de garantir a continuidade para o futuro com base no passado, mas em uma dinâmica que se altera e se renova em função de novas interações. A memória coletiva possui um intenso componente afetivo desenvolvido em função da interação e da troca de experiências entre os membros das comunidades. Embora essa memória possua raízes ancestrais elas passam por um processo de seleção, de esquecimento e de construção em que



determinadas representações são ativadas, estabelecendo as diferenças, em um cenário influenciado pelos componentes da modernidade como a mídia.

A interação entre essas diferentes esferas de pertencimento possui um componente inerente de conflito levantando questões de natureza ética. Edgard Morin (2007, p. 49) observa que:

“...há um conflito inerente e muito profundo no seio da finalidade ética, pois a realidade comporta três instâncias: indivíduo, sociedade, espécie; a finalidade ética é, então, trinitária. Assim necessitamos de um dever egocêntrico para viver pelo qual cada um é para si mesmo centro de referência e de preferência. Temos um dever genocêntrico pelo qual os nossos – genitores, prole, família, clã – constituem o centro de referência e preferência. Temos um dever sociocêntrico pelo qual nossa sociedade se impõe como centro de referência e de preferência. Enfim, temos essa ética frágil, antropocêntrica. Ela emerge primeiro nas grandes religiões universalistas e depois se afirma nas idéias humanistas; reconhece no ser humano um ego alter (um sujeito para si mesmo) e pede para confraternizar com ele como alter ego (um outro si mesmo) Esses deveres são complementares, mas embora surjam ao mesmo tempo, tornam-se antagônicos.”

A interação social ocorre desse modo em diferentes níveis: a relação face a face – eu e tu – que envolve a relação com o outro que constitui a relação básica; a relação - ego massa -do indivíduo com a sociedade em geral ou com a massa; relação de um grupo com outro grupo que é a relação – nós a nós. As interações podem ser formais - sujeitas a regras, ou – informais – quando ocorrem de forma espontânea. (CHANLAT, 1993) Assim os grupos formais se constituem em decorrência das relações funcionais e seguem uma lógica que independe das crenças e valores individuais. Os grupos informais, por sua vez, são uma decorrência da organização social, e neles prevalecem relações sociais, crenças e valores individuais, apesar da distância social que às vezes existe entre seus membros.

O nível de convivência e proximidade entre indivíduos e grupos varia, portanto, estabelecendo vínculos sociais com diferentes graus de intensidade e fidelidade. As fronteiras simbólicas existentes entre os grupos sociais são continuamente ultrapassadas para que sejam efetuadas trocas entre eles. Para ultrapassar as fronteiras os grupos desenvolvem rituais de aproximação e acolhimento, formas de ingresso e limites para a exclusão em uma dinâmica altamente complexa, na qual as regras de hospitalidade evitam conflitos e permitem a formação de alianças fundadoras de vínculos de sociabilidade. (MAUSS, 2002; CAILLE, 2003). Os membros dos grupos aprendem essas regras e comportamentos que são considerados rituais, pois consistem em uma



série de transações simples estereotipadas que são programadas por forças sociais externas.

Assim, o encontro entre indivíduos pertencentes a diferentes grupos requer que cada pessoa desenvolva comportamentos elementares que a habilitem a interagir de modo a evitar conflitos. Esses comportamentos, como vimos, são rituais que têm por objetivo proteger o indivíduo e o outro assegurando a continuidade das relações estabelecendo a confiança mútua. A polidez, a cortesia, são formas rituais necessárias para a vida cotidiana fundamentais para o desenvolvimento da sociabilidade.

Encontros e re-encontros ocorrem na vida social em inúmeras situações e espaços socialmente definidos mediados por rituais de hospitalidade. O que caracteriza as relações de hospitalidade é a existência de fronteiras simbólicas que precisam ser superadas para que a relação ocorra. A hospitalidade implica no reconhecimento e aceitação do outro enquanto estranho, ou seja, trata-se de aceitar o diferente e considerar dignas de respeito as suas proposições. O exercício da hospitalidade é realizado em situações concretas, particulares, orientadas por uma espécie de ‘ética das relações cotidianas.

Para que seja possível a convivência em um mesmo espaço, de pessoas de diferentes origens, ocorre uma estratégia de composição que consiste em uma espécie de apagamento das marcas específicas de pertencimento de forma a atenuar os significados originais de certas formas de conduta. Com isso acontece um afastamento dos significados das diferenças e uma adesão a um conjunto de significados comuns que fundamentam as trocas sociais. Tal processo resulta na criação de uma legitimidade, diferente da original, em um processo naturalizante da tradição que cria novas regras sacralizadas que orientam as ações dos indivíduos (RODRIGUES, 1990, 153-154).

Essa naturalização da tradição não ocorre sem conflitos. Morin (2007) observa haver contradição entre os deveres ressaltando que a ética em relação ao outro pode exigir piedade, compaixão, amor. Para ele existe uma erosão “do sentido sagrado da palavra dada, do sentido sagrado da hospitalidade, ou seja, de uma das raízes mais antigas da ética”. (p.26) A crise da ética seria consequência da crise dos fundamentos das certezas: religiosas, filosóficas e científicas, o que faz com que a razão não possa ser considerada como “fundamento do imperativo categórico conforme proposto por Kant” (p.27). Seria preciso encontrar novas fontes para a ética talvez por meio de um retorno às origens, às relações primordiais.



## **Hospitalidade no mundo globalizado**

A globalização da economia e da comunicação não é um processo harmônico. É possível observar que a hostilidade e não raro a violência estão presentes nas relações sociais que acontecem dentro de fronteiras nacionais e entre os Estados gerando medo e desconfiança. São frequentes as reações das populações locais contra os estrangeiros ao mesmo tempo em que ocorrem ações terroristas em diferentes países. Essas ações, que nem sempre possuem objetivos políticos definidos, criam barreiras para que o entendimento entre grupos de etnias diferentes aconteça. Esse é o cenário em que as relações de hospitalidade transcorrem no mundo contemporâneo. Existe nas sociedades insegurança em relação aos estrangeiros e isso abala a confiança mútua e dificulta a interação. Também a rivalidade decorrente da competição por postos de trabalho, própria do sistema capitalista de produção, é uma variável importante na explicação da hostilidade que acontece nos grupos sociais. Ainda assim a interação acontece e são formados laços sociais, havendo uma busca pela paz e o entendimento entre os povos. Em 1795, Kant lançou um opúsculo: “A paz perpétua” que repercutiu como uma espécie de manifesto iluminista a favor do entendimento entre os homens. Com base na idéia de que todos os seres humanos são cidadãos do mundo, pois habitam o planeta terra, Kant defendeu a formação de uma sociedade das nações. Trabalhando a idéia de cosmopolitismo, tratou da hospitalidade<sup>3</sup> como um direito capaz de promover a paz (KANT, 1989). O ideal kantiano da paz, com base em um código comum decidido racionalmente e em comum acordo pelas nações, está na base da formação de várias organizações internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas). Muitas foram as mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram nos dois séculos que nos separam da publicação do manifesto. No aspecto político houve o enfraquecimento dos estados nacionais, enquanto no plano econômico as empresas se expandiram além das fronteiras criando estruturas transnacionais que frequentemente atuam em contradição com as diretrizes políticas nacionais. No âmbito social as tecnologias da informação e a nova realidade econômica favoreceram o

---

<sup>3</sup> Kant considera que já que todos somos proprietários coletivamente do planeta terra compete a cada um agir pacificamente. Nesse sentido defende o “direito de visita” (idem. *ibidem* p. 43), que se faz acompanhar do direito à hospitalidade, que é o direito de ser recebido sem hostilidade. O respeito ao direito de visita e o de hospitalidade promoveriam o relacionamento pacífico entre as pessoas de todas as partes do mundo. Kant defendia a idéia de uma “constituição cosmopolita” (p. 44) como complemento necessário tanto do direito do Estado quanto do direito das gentes para a “paz perpétua” (p. 46).



desenvolvimento do individualismo tornando mais distante o ideal do indivíduo-cidadão de Kant, principalmente tendo em conta as desigualdades sociais que marcam as sociedades do século XXI.

A resolução de conflitos, com base em diálogos racionais para promover a paz perpétua, como propunha Kant, torna-se mais complexa em um cenário em que é preciso enfrentar não apenas as divergências e ordem racional, mas também ações terroristas promovidas por redes interligadas que fogem do conceito de Estado-Nação. O terrorismo do século XXI se apresenta como uma espécie de luta contra as idéias iluministas, resistindo ao desenraizamento cultural e ao poder laico. O terrorista pode conviver na sociedade sem que seja possível identificá-lo claramente como estranho ou inimigo. Isso gera insegurança, desconfiança e resistência ao entendimento entre grupos de origens e nacionalidades diferentes que integram o mundo globalizado. Não existe a possibilidade de diálogos racionais nesses casos principalmente por não existir uma idéia concreta a ser discutida. Como observa Borradori (2004), ao fundamentalismo religioso não se pode contrapor simplesmente o ideal de uma sociedade consumista e materialista.

No mundo globalizado as profundas desigualdades sociais tornaram a violência parte do cotidiano de diferentes formas, como resultado da luta pelo sucesso e do individualismo, provocando o afastamento das formas tradicionais de vida. A tendência instintiva à inclusão que leva os indivíduos à fraternidade é dominada pela tendência ao individualismo, ao egoísmo e à exclusão. A força secularizadora da influência ocidental se contrapõe aos apegos a fontes espirituais que atuam aglutinando focos de resistência. Analisando o pensamento de Habermas, Borradori, (2004, p. 30) ressalta que:

“a globalização acelerou a reação defensiva que acompanha o medo do que Habermas define como o “violento desenraizamento dos modos tradicionais de vida” algo de que a modernização é violentamente acusada. Não podemos negar, diz Habermas, que a globalização dividiu a sociedade mundial em vencedores, beneficiários e perdedores. Em um nível psicológico, tal experiência cria uma situação favorável a uma visão de mundo altamente polarizada, em que várias fontes espirituais buscam resistir à força secularizadora da influencia ocidental”

Embora exista um esforço para a obtenção de entendimento racional no plano internacional entre as nações, quando se trata da busca de objetivos comuns os resultados ficam aquém das expectativas. Questões como a preservação do meio ambiente, que sem duvida interessa a todos, encontram dificuldades para obter acordos



entre os diferentes países. Basta citar a Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (COP 15), realizada em Copenhagem/ Dinamarca em dezembro de 2009, que reuniu 193 países na busca de um acordo global de redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. Não existem dúvidas de que o meio ambiente é de interesse coletivo sendo preciso um entendimento em bases racionais para equacionamento do problema. De forma emblemática o secretário executivo da conferência, Yvo de Bôer, iniciou o encontro com um apelo para que todos “dessem as mãos”, mas o que resultou do encontro foi apenas a formulação de um acordo mínimo, sem valor legal, após a retirada de praticamente todos os chefes de estado antes do final da conferência, deixando evidente que “dar as mãos” é muito difícil. Esses fracassos, quando da tentativa de reuniões movidas por abordagens racionais de assuntos de interesse comum, conduzem ao desinteresse na formulação de acordos mundiais e dão lugar a acordos bilaterais nos quais, via de regra, o parceiro mais forte lucra mais, acirrando as desigualdades.

É preciso considerar que essa dificuldade de entendimento não deriva somente da dinâmica do egoísmo e do individualismo que leva à exclusão e reduz a tutela comunitária, mas tem origem também no processo de interação que forma as comunidades humanas levando à inclusão. A dinâmica da interação faz com que a fidelidade intrínseca dos indivíduos se vincule aos seus grupos de origem. Os que pertencem a um grupo tendem a defender o seu interesse em detrimento dos demais. Mesmo na sociedade globalizada, onde a evolução das tecnologias de comunicação permite que os seres humanos estejam permanentemente conectados ao mundo, formando múltiplas redes de sociabilidade em função de diferentes interesses econômicos e políticos, em uma complexa teia que reúne membros de diferentes grupos, a diferença continua a ser marcada em relação ao grupo de pertencimento que está na origem de cada um. O pertencimento forma a diferença, marca um estranhamento e, mesmo sem que haja necessariamente uma oposição, existe a tendência em perceber essa diferença como alguma coisa contrária, o que faz com que a possibilidade de conflito esteja sempre presente.

Para que seja possível a convivência pacífica entre pessoas diferentes, seja essa diferença decorrente de condições sociais ou de realidades culturais distintas, é preciso que existam meios que regulem a interação permitindo que se estabeleça a comunicação e a troca social. No mundo atual existem códigos de respeito e tolerância em relação ao outro que possibilitam os relacionamentos e permitem que se sentem em uma mesa de



negociação pessoas com interesses, princípios, crenças e comprometimentos diversos, obedecendo regras que possibilitam o diálogo, ainda que não garantam a formação de um consenso aceito por todos. Trata-se de uma aposta na possibilidade de entendimento que freqüentemente está além de motivações unicamente racionais. Essa tolerância, entretanto, não pode ser confundida com uma hospitalidade verdadeira, pelo menos no entender de Derrida. Respondendo a questão se a tolerância seria condição de hospitalidade, o filósofo responde:

“A tolerância é na realidade o oposto da hospitalidade. Ou pelo menos o seu limite. Se alguém acha que estou sendo hospitaleiro porque sou tolerante, é porque eu desejo limitar a minha acolhida, reter o poder e manter o controle sobre os limites do meu “lar”, minha soberania, o meu “eu posso” (meu território, minha casa, minha língua, minha cultura, minha religião, etc).” ....”nós aceitamos o estrangeiro, o outro, o corpo estranho até um certo ponto, e desse modo com restrições. A tolerância é uma hospitalidade condicional, circunspeta, cautelosa.” (BORRADORI, 2004, p.137-138).

E mais adiante

“Essa é a hospitalidade tal como comumente entendida e praticada, uma hospitalidade que conduz, com certas condições, a práticas reguladas, leis e convenções em uma escala nacional e internacional – na verdade como diz Kant em um texto famoso, em uma escala “cosmopolítica”. (BORRADORI, 2004, p. 138).

Se tomarmos como exemplo a organização da produção na economia globalizada, observamos que as empresas existem em territórios locais, porém ligadas a contextos nacionais, supranacionais e multinacionais sendo preciso trabalhar com expectativas mútuas comuns a todos esses contextos. Essas expectativas mútuas se formam a partir de processos interpretativos que envolvem as estruturas políticas e culturais, sofrendo influência de todas as instancias nas quais são definidos e modificados os valores e os significados das ações. Os objetivos que estão por trás dessas trocas e relações são de natureza econômica e política. A convivência provocada por esses objetivos entre pessoas e povos diferentes, seja em espaço social, econômico ou virtual, é consequência da evolução tecnológica e das mudanças ocorridas nos modos tradicionais de produção. Nesses casos as articulações da economia tendem a se sobrepor às políticas, havendo empresas que se articulam no plano mundial de forma autônoma se sobrepondo aos interesses dos estados nacionais. Mesmo nas organizações internacionais formadas por interesses políticos, para atuar na busca de entendimento entre as nações sobre questões



de interesse comum, os interesses econômicos tendem a se sobrepor. O entendimento entre as nações tendo por objetivo a Paz Mundial, como proposto por Kant, se afasta do ideal cosmopolita do indivíduo cidadão do mundo responsável pelo planeta terra, capaz de conviver com a diferença respeitando o outro dentro de padrões de hospitalidades garantidos por regras internacionais de direito. O que de fato ocorre é um equilíbrio de forças mantendo latentes conflitos que possuem origem nos vínculos primários de pertencimento.

De acordo com Derrida (DERRIDA e RODINESCO, 2004, p.120) o ideal cosmopolita de Kant supunha que o indivíduo fosse cidadão do mundo enquanto súdito de um Estado-Nação. Na opinião do filósofo, entretanto, é necessário haver responsabilidade diante da alteridade da diferença e dificilmente os diferentes Estados-Nação formarão um Estado universal capaz de definir leis de hospitalidade colocando limites para acolhida do estrangeiro como visitante e não residente. Para ele a hospitalidade cosmopolita, ligada à cidadania do Estado-nação está “em vias de deslocamento, de transgressão, de transformação”. Os direitos do homem, para Derrida, devem ser estendidos além da cidadania. Embora Derrida reconheça que é preciso limitar e condicionar a hospitalidade, que ele denomina “hospitalidade de convite”, como elemento essencial para a manutenção do controle soberano do território, chama a atenção para a necessidade de uma “hospitalidade pura”, ou “incondicional” que seria a “hospitalidade de visita”. Para Derrida essa “hospitalidade de visita” vale para a passagem das fronteiras de um país, mas também tem um papel na vida corrente: quando alguém chega, o amor, por exemplo, assume-se um risco, uma exposição. Embora não se possa fazer dessa forma de hospitalidade um conceito político ou jurídico, essa ilimitação da hospitalidade incondicional é fundamental para o conceito de hospitalidade. Trata-se de dar bases para uma hospitalidade “mais generosa” ainda que não menos bem calculada. (idem p.76 a 79).

Segundo Borradori (2004, p. 31) para Habermas “a estrutura legal nas relações internacionais não faz muito no sentido de abrir novos canais”. Isso se dá em função de uma “distorção da comunicação”, que faz com que “os indivíduos não se reconheçam uns aos outros como participantes de uma comunidade”. É preciso que a confiança se estabeleça nas práticas comunicativas do cotidiano para que possa se estender efetivamente à mídia, as escolas e aos lares. O estabelecimento desse elo depende da melhoria das condições tanto materiais quanto da cultura política em que os indivíduos



se encontram em interação uns com os outros. Sem que isso ocorra é “impossível a adoção de perspectivas mutuas”.

No plano mundial para que a comunicação e a interação ocorressem sem conflito, seria preciso que as regras tivessem um reconhecimento universal. O que se observa, porém é que essa validade atinge grandes regiões com raízes comuns que as reconhecem, não sendo possível identificar uma validade universal. As diferenças religiosas que fazem parte integrante do fundo mítico que está na base dos elos de pertencimento são freqüentemente a causa de divergências que podem gerar conflitos de grande intensidade. Assim, ainda que no plano econômico seja possível estabelecer relações e que a divisão de trabalho em plano internacional acarrete a migração de populações e force a convivência entre grupos radicalmente diferentes, os focos de resistência cultural e religiosa persistem e o conflito latente pode ocasionar atos de grande violência. Baechler (1995), afirma que o fenômeno religioso permeia todas as atividades humanas mantendo ligações com as esferas políticas e econômicas em todo o mundo.

Estudando a questão da solidariedade no mundo atual, Constantino (2009, p.73-74), observa que:

“Hoje o fundamentalismo não é apenas islâmico e isolado, mas também cristão e global. Qual terá sido o lapso da modernidade, que tem sistematicamente falhado em aglutinar as consciências coletivas no século? Qual a razão de os diversos modelos de sociedade abandonarem suas esperanças nas promessas da modernidade e do esclarecimento para —regredirem às formas pré-modernas de consciência moral coletiva? Será isso uma regressão ou uma solução ante um impasse inerente à modernidade? Que potenciais isso enseja?”

Um exemplo que podemos dar da complexidade que podem atingir essas relações conflituosas entre povos e culturas diferentes, em suas interações no plano micro e macro social, é o incidente ocorrido na Suíça com o filho do Ditador Líbio em 2008. Segundo notícia da Folha on-line de 17/07/2008:

“Hannibal Kadafi e sua mulher estão sob custódia da polícia local após o incidente em um hotel de luxo em Genebra, segundo uma entrevista do advogado Alain Berger à rádio Swiss citada pela CNN. O jornal "Tribune de Geneve" divulgou que dois dos empregados de Kadafi afirmaram que o casal os agredia repetidamente no hotel Presidente Wilson, localizado ao lado do escritório de direitos humanos da ONU (Organização das Nações Unidas)... O casal enfrenta acusações por lesão corporal, ameaças e coerção. ..O casal supostamente batia em seus empregados com um cinto e um cabide, segundo um relatório que também afirma que uma mulher da Tunísia está hospitalizada. Berger afirmou que Kadafi e sua mulher rejeitam as alegações” (FOLHA ONLINE, 2008)



Esse fato, ocorrido em um hotel e protagonizado por atores sociais cujas regras e costumes que regulam as relações domésticas são totalmente diferentes das vigentes no país em se localiza o empreendimento, atingiu no plano macro-social, conseqüências imprevisíveis como pode ser visto no noticiário da Agência EFE (Genebra, 21 de agosto de 2009), após 12 meses do incidente:

“O presidente da Suíça, Hans Rudolf Merz, defendeu hoje as desculpas públicas que apresentou à Líbia pela breve detenção há 13 meses em Genebra de um filho do dirigente desse país, Muammar Kadafí, e reconheceu que "não havia outra alternativa".

Em entrevista coletiva, Merz revelou que as tentativas para superar a crise entre ambos os países "estavam bloqueadas".

Esta situação não só tinha criado prejuízos econômicos para a Suíça (interrupção de vôos entre Suíça e Trípoli, queda da atividade comercial bilateral e a retirada quase total dos fundos líbios neste país), mas também envolveu um drama humano.

A sorte de dois cidadãos suíços retidos na Líbia dependia de um acordo.

Trata-se de dois executivos que as autoridades líbias impedem há 13 meses a saída do país, como vingança de Kadafí pela detenção em Genebra de seu filho Hanibal, acusado de maltratar dois empregados domésticos. O presidente suíço disse hoje que tem certeza que ambos os cidadãos suíços serão libertados na próxima semana, segundo lhe prometeu o primeiro-ministro líbio.

Merz, sobre cujo Governo choveram as críticas pelo que muitos consideram um desenlace humilhante para o país, afirmou hoje que assume a responsabilidade do acordo com a Líbia e suas conseqüências.

"O que vocês teriam feito em meu lugar?", perguntou aos jornalistas que o interrogavam, após lembrar que os dois cidadãos suíços estão retidos há mais de um ano em Trípoli em condições difíceis. (AGÊNCIA EFE, 2009).

Os seres humanos vivem na dependência de decisões coletivas que garantam sua proteção, sustento, reprodução e crescimento, enquanto indivíduo e enquanto grupo, A vida social é formada por um conjunto de direitos e deveres bem como pela dinâmica de cooperação que implica a coordenação de interesses com vista a objetivos comuns. Isso supõe esforço, capacidade de dar e receber, de equacionar sacrifício e satisfação, em busca de uma quota de felicidade. Essa cooperação pressupõe um equilíbrio que nem sempre existe na medida em que a desigualdade é uma realidade social. O mesmo acontece nas relações internacionais. No caso citado acima os dirigentes suíços foram obrigados a uma retratação, em relação à ação realizada com o intuito de defender dois cidadãos líbios e agredidos por líbios no território suíço, para preservar a integridade de dois suíços no território líbio. Trata-se de uma troca que se coloca além dos padrões morais e do reconhecimento dos direitos humanos, que fazem parte da cultura ocidental,



predominante na Suíça. A humilhação do governo suíço foi um sacrifício necessário para garantir a integridade dos seus cidadãos na Líbia, onde os padrões culturais e as estruturas de poder são outros. Não se pode esquecer, entretanto, que as trocas comerciais e os interesses econômicos de grandes corporações tiveram influência decisiva nesse processo de retratação realizado pelo governo suíço.

Essas questões colocam em discussão a possibilidade da existência de um diálogo ‘racional’ (Kant) e da ‘ação comunicativa’ (Habermas), bem como da viabilidade de uma ‘hospitalidade incondicional’ (Derrida).

A hospitalidade acontece sempre com a hostilidade (conflito) no horizonte, são os que recebem que determinam regras a serem seguidas por quem é recebido – o hóspede. Nesse enfoque o que predomina é a tolerância na medida em que o hóspede é aceito com a condição de seguir as normas do anfitrião. A tolerância, considerada uma virtude cristã, está na base do conceito de hospitalidade condicional. Implica na sujeição do hóspede e não em uma aceitação incondicional da diferença. No caso do filho do ditador Líbio isso fica claro, pois acarretou a sua prisão ao se comportar contra as normas vigentes na Suíça. O recuo do governo suíço, por sua vez, demonstra a ambigüidade da situação. Quando indagado por Borradori (2004, p. 47) sobre a possibilidade do diálogo, da tradução e da busca de uma linguagem comum, Habermas afirmou:

“A espiral de violência começa como uma espiral de comunicação distorcida que leva, por meio da incontrolável espiral de desconfiança recíproca, à ruptura da comunicação. Se a violência começa, assim, como uma distorção na comunicação, depois que ela entrou em erupção é possível saber o que não deu certo e o que deve ser consertado.”

A ação comunicativa com base em critérios racionais fica comprometida frente a essa espiral de comunicação distorcida que gera a quebra de confiança prejudicando as alianças. A racionalidade e o cosmopolitismo, com base em regras internacionais de direito, não são suficientes para explicar a questão da hospitalidade, pois o reconhecimento do outro se dá além de critérios meramente racionais. A hospitalidade, enquanto fato social total, não pode ser circunscrita ao diálogo em bases racionais, sua origem se encontra em comportamentos ancestrais, em alianças grupais que estão na base da própria formação das sociedades. A hospitalidade condicional, com base na tolerância, talvez seja a hospitalidade possível no mundo globalizado.



### **Considerações finais**

Observa-se, portanto, que a hospitalidade possível no mundo globalizado se situa no âmbito da tolerância e não de uma ética. A desconstrução de Derrida da idéia de hospitalidade cosmopolita de Kant, levantando a bandeira de uma hospitalidade incondicional, e a teoria da ação comunicativa de Habermas, em que o diálogo e a tolerância permitem uma hospitalidade condicional, permeiam o entendimento que hoje temos do caminho para o respeito ao direito de todos os homens, sem limites lingüísticos, territoriais, étnicos ou culturais.

Ainda que a paz seja um ideal válido a ser buscado pelos diferentes Povos, Estados e Nações, o que existe na realidade é a manutenção de um equilíbrio de forças, continuamente ameaçado, que compromete o entendimento, o reconhecimento, a aceitação, e o desenvolvimento de relações incondicionais de hospitalidade.

As crenças estão inscritas profundamente nas estruturas sociais e fundamentam e justificam as ações dos indivíduos na vida em sociedade, repercutindo nas formas de hospitalidade. Enquanto fato social total que engendra múltiplas relações de forma contínua e circular, criando a interdependência entre o plano micro e o macro social, a hospitalidade se apresenta de forma assimétrica e ambivalente, na medida em que reflete a complexidade das praticas sociais.

### **Referências Bibliográficas**

AGÊNCIA EFE - Presidente suíço pede perdão por ter detido filho de líder líbio. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com>>. Acesso em: 11 set. 2009

BAECHLER, Jean. Religião. in: BOUDON, Raymond, et all. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.(449-475)

BORRADORI, Giovanna. **Filosofia em tempos de terror**. Diálogos com Habermas e Derrida. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CAILLE, Alain. **Antropologia do Dom**. São Paulo: Vozes, 2003.

CHANLAT, Alain. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In. TORRES, Ofélia. **O Indivíduo na organização**. (org) Vol.I. São Paulo: Atlas, 1993.



CONSTANTINO, Alexandre Krüger. **Solidariedade: entre o desencanto e o reencanto**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Josué Pereira da Silva. Aprovada em 28/08/2009

DERRIDA, Jaques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã...** Diálogo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FOLHA ONLINE, Polícia suíça prende filho de líder líbio por agressão a empregados. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u423461.shtml>>. Acessado em: 15 jul. 2010.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002

MORIN, Edgard. **O método 6. Ética**. Porto Alegre: Sulinas, 2007

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1990